

Como é que foi o da Fatec, que foi aprovado depois? Não foi publicado no dia sete? Não é estranho o que está acontecendo nesta Casa? Esse projeto foi aprovado depois do projeto dos servidores gerais desta Casa e foi publicado no dia sete, mas o outro não. Parece que é uma briga da Mesa com o sindicato ou dos deputados com o sindicato. Eu sou a favor do sindicato em qualquer lugar deste país e do mundo. Sou contra sindicato pelego. Sindicato é feito para lutar, para defender direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Tem uma dúvida na assessoria, de que se não pegarem os 2,89% agora, não pegarão mais. Esperem resolver o problema judicial, vamos ver o que acontece. Se foi erro do governador, ele tem que ser cobrado. Se foi má intenção dele, ou se foi má intenção da Mesa Diretora desta Casa, a Mesa que pague o preço.

Eu estava conversando com a Mesa e há um risco realmente. Eu entendo. Conversei com meu amigo e companheiro de bancada, Luiz Fernando. Entendo que exista um risco de descumprir uma decisão judicial, caso o sindicato venha a obter uma vitória na Justiça. Eu entendo isso. Eles podem ser impedidos, na Justiça Eleitoral, de disputar as eleições. Isso pode acontecer. Quero dizer que o sindicato também declara que tem isso. Mas eu quero ajudar a discutir o problema, resolver esse problema. Esse projeto será discutido aqui, na primeira extra, se não me enganou, ou na segunda. Vai ser votado, deverá ser aprovado, e nós tentaremos encontrar uma outra alternativa, para resolver esse problema.

Estou chamando a atenção da assessoria de todos os deputados. O sindicato está brigando por 4,89, e vocês estão se contentando com 2,89. Isso coloca o sindicato numa enrascada. O sindicato, quando for sentar com o Cauê Macris, com o Luiz Fernando e com o Estevam Galvão, para negociar, para depois defender vocês, chega fragilizado. Ou vocês não têm interesse? Vocês são assessores de deputados. Vocês não são escravos de deputados aqui.

O sindicato, quando for sentar à mesa negociadora, vocês têm que parar o sindicato, têm que parar esta Assembleia. Parem os empregados desta Casa, aproveem uma pauta e entreguem. É assim que se faz. Convoquem todos os assessores de deputados, convoquem todos os funcionários da Casa, façam uma assembleia, no pátio, na rua, lá fora, em frente à Assembleia, para defender o direito de vocês. E vocês têm que apoiar o sindicato. Têm que ser sócios do sindicato, para o sindicato ser forte.

Fui metalúrgico 30 anos. Nós nos sentávamos à mesa da Fiesp, ou da Anfavea. Eles falavam: vocês têm 90% da fábrica sindicalizados. O sindicato sentava com poder na mesa, poder de mobilização, poder de negociação, de poder fazer greve.

Os metalúrgicos da Mercedes estão em greve desde a segunda-feira, contra a reforma trabalhista, que a Mercedes não quer negociar. Quer negociar dentro da nova lei trabalhista. A “peãozada” parou. Parabéns a vocês, metalúrgicos do ABC, trabalhadores da Mercedes. Está tudo parado: área administrativa e área produtiva.

É assim que se faz. Vocês falam que o sindicato aqui não é forte. Sabem por que o sindicato não é forte? Vocês têm medo de parar meia hora, têm medo de parar duas horas a Casa. Parem esta Casa por um dia, que eles vão ver qual é a necessidade que os deputados têm, com relação a vocês, e com relação aos trabalhadores da Casa. Um dia de greve. Se for uma semana, então! E vocês têm o direito de fazer isso. A Constituição garante isso. Infelizmente, vejo aqui que não acontece nada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba, para concluir, são dois minutos já de tolerância. Acho que é suficiente.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Quero encontrar aqui uma saída. Falei aqui do problema que a Mesa tem, não sei se V. Exa. ouviu, mas também bati em V. Exa., porque não sei se V. Exa. combinou com o governador, ou não, para não publicar, então, estou repetindo aqui, talvez V. Exa. não tenha ouvido. Acredito que não, espero que não.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência me conhece, até porque votou em mim para presidente. Tenho certeza de que conhece o meu caráter.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Espero que encontremos uma solução viável para este assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi, para encaminhar pela liderança do PSDB.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de falar sobre o PLC nº 11.

Tive o prazer de ter sido funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Social. Esse é um projeto que fala de pessoas que foram colegas, pessoas que trabalharam ao meu lado, que fazem um trabalho honrado para o estado de São Paulo, cuidam de pessoas pobres, pessoas na faixa de vulnerabilidade social. Fazem isso com muita competência e profissionalismo, e merecem todo o reconhecimento do Estado.

Também estamos falando aqui de pessoas da agricultura, o Barros, o Davi, o Giriboni, Gasparini, Dr. Ulysses, pessoas que têm uma vida trabalhando próximas a esse pessoal. Penso que todos que estão aqui entendem a necessidade de valorização desses quadros.

No finalzinho do governo Geraldo Alckmin, foi proposto esse PLC que, sim, é muito distante daquilo que eles precisam e almejam, mas é uma pequena melhora para eles que há tantos anos esperam por esses reajustes. Quero dizer que o deputado Davi Zaia fez uma emenda importante, a Beth Sáhão fez outra, eu pessoalmente sou a favor e vou registrar o meu voto por todas elas, mas dizer também que é um caminho que não se finda hoje com esse PLC nº 11/18 que nós votamos aqui. Evidente que reajuste nenhum ia ser necessário para colocar essas devidas carreiras no lugar delas. Estamos falando aqui dos dentistas que estiveram conosco no Colégio de Líderes, os pesquisadores, gente que trabalha pelo estado de São Paulo de forma competente e honrada. A expectativa deles não seria somente de ter um reajuste, um pouco mais, um pouco menos, evidente que o melhor possível que possamos dar dentro da responsabilidade financeira do estado de São Paulo. Mas nós só vamos conseguir sanar essa questão deles quando conseguirmos equiparar a carreira deles a outras carreiras que tenham a mesma dignidade, assim como os especialistas ambientais, que é o grande sonho dessas carreiras. Foi muito bem colocado aqui, pois não faz sentido uma carreira, como a dos especialistas e dos agentes lá do social ter uma distância tão grande. Eles ganham perto de mil reais. Dia após dia essas carreiras tem pedido exoneração do Estado. Daqui a pouco vamos ficar sem esses profissionais que tocam há muitos anos os convênios, tocam as políticas públicas de desenvolvimento social.

Então, há grande expectativa tanto do Agroesp, quanto do sindicato do social, quanto dos pesquisadores. Os dentistas estiveram conosco para que nós pudéssemos aprovar isso daqui hoje. Mas dizer a eles que esse não é o fim da batalha. Vamos trabalhar que, o mais rápido possível, nós possamos ter do Governo um projeto que equipara essas carreiras com a dignidade e o tamanho que elas merecem.

Sr. Presidente, esse é o registro do meu voto, vou registrar ali em breve. Acho que, ainda que de forma tímida, aquêmq daquilo que eles merecem, é um avanço para o estado de São Paulo o que estamos tendo hoje para esses profissionais. Estava aqui o brilhante deputado Teonilio Barba Lula, quero aqui me solidarizar à questão dele, solidarizar-me também com o deputado Campos Machado. O clima nesta Casa tem melhorado nesta semana. Estamos confiantes de que vamos poder avançar para o estado de São Paulo no período restante deste mandato. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o item 1, o PLC nº 11/18, salvo emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação o item nº 2, demais emendas englobadamente. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Para declarar o voto favorável da bancada do Partido dos Trabalhadores às emendas apresentadas pelo nosso partido.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de voto da bancada do PT.

O SR. DAVI ZAIA - PPS – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, para agradecer o entendimento dos líderes, de todos os deputados à votação do projeto, projeto esse que traz a correção de parcela das demandas de determinadas categorias do Estado, projeto encaminhado ainda pelo então governador Geraldo Alckmin a esta Casa, que agora tivemos a oportunidade de fazer essa negociação em nome do governador Márcio França. Entendo a demanda das categorias, acho que são todas justas. É preciso, realmente, que se melhore as condições dos servidores do Estado, mas é também preciso registrar que essa postura muitas vezes questionada, tanto do governador Geraldo Alckmin, quanto do governador Márcio França, tem sido responsável por o estado de São Paulo se manter equilibrado e com isso com condições, não só de fazer o pagamento em dia de todos os seus servidores, mas de paulatinamente também ir fazendo as correções que são necessárias e possíveis. Nem sempre atendendo a todas as demandas dos servidores, mas paulatinamente fazendo as correções necessárias.

Agradeço a colaboração de todos os líderes, que cumprem o seu papel, fazem as suas defesas, mas entendemos que é importante esse passo aprovando esse projeto que dentro do possível vai fazendo as correções necessárias e, como disse o líder do PSDB, o deputado Vinholi, isso não se encerra aqui. Esse trabalho continua para que possamos paulatinamente ir fazendo as correções necessárias.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Para declarar o meu voto favorável às emendas 1, 2, 3 e 4.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o seu voto favorável às emendas 1, 2, 3 e 4.

Srs. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 24a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 17/05/18.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 06 minutos.

16 DE MAIO DE 2018 24ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 16/18. Tece esclarecimentos acerca das negociações entre a Mesa diretora e o sindicato trabalhista deste Parlamento a respeito do reajuste salarial e outras reivindicações dos servidores. Afirma o compromisso da Mesa diretora com a carreira dos funcionários desta Casa. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 683/17, restando prejudicado o projeto. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 16, de 2018, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos limites estabelecidos pelo inciso VIII do artigo 73 da Lei federal nº 9.504, de 1997. Parecer nº 624, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Eu queria, antes de entrar no item 2, de falar um pouco, até para poder fazer esclarecimentos à Casa e a todos os servidores da Casa. Muito se falou, inclusive, colocado pelo sindicato, colocado por algumas pessoas que participaram e colocaram as suas posições aqui na tribuna, a respeito desse fato específico.

Mas eu gostaria de usar este momento como esclarecimento, a todos os servidores da Casa, para fazer uma retrospectiva sobre os fatos. Contra os fatos não há argumentos.

A Mesa Diretora, trabalhando fortemente dentro do processo de engajamento de custos para garantir uma boa estruturação a toda a Casa e para conseguir atender as demandas dos funcionários, fez um esforço muito grande.

Conseguimos chegar a uma possibilidade de oferecer, ao sindicato, o aumento da inflação mais 2% de aumento real, em um momento difícil do País, no qual poucos entes públicos estavam dando essa posição.

A pauta, que foi apresentada na comissão de organização de discussão das demandas da Casa, não foi aceita naquele momento. Mas, mesmo assim, dentro do entendimento, fiz questão de receber todas as entidades representativas para poder dialogar, porque a pauta era muito mais extensa do que única e exclusivamente a questão do aumento dos servidores.

Tinham outros projetos, de interesse do sindicato e das outras entidades, que pudessem ser votados e deliberados. Naquele momento, sabíamos que corríamos contra o tempo porque precisávamos aprovar o projeto. Historicamente, os governadores não sancionam projetos de aumento de servidores. Eles deixam transcorrer o prazo regimental para possibilitar, posteriormente, que a própria Casa promulgue o seu projeto.

A proposta que fiz ao sindicato foi exatamente a seguinte: vamos tratar em dois blocos. Uma coisa é o reajuste dos servidores. Outra coisa são os demais projetos, que nós não nos furtamos de continuar dialogando. Nós continuamos dialogando os projetos dos servidores, que vocês têm interesse. Vamos garantir o aumento dos servidores.

Pois bem, sai o sindicato dessa reunião. O sindicato, então, leva essa deliberação à assembleia - cá entre nós, uma assembleia que não representa os servidores da Casa: muito pouca gente participou. Eu mesmo perguntei para mais de 20 servidores da Casa se participaram: não participaram disso. Deliberaram que não concordavam com a proposta que este presidente e a Mesa Diretora apresentaram ao sindicato. Não concordavam. Ou nós negociávamos tudo em bloco, ou não teria acordo.

Pois bem, a Mesa entendeu que mesmo sem avanço de negociação, nós não poderíamos - até porque nós temos condição orçamentária - apresentar o projeto de aumento dos servidores.

No dia que apresentamos, na votação do regime de urgência, enfrentamos resistência para conseguir a votação do sindicato, inclusive, pressionando e pedindo para que os deputados obstruíssem a votação do projeto.

É importante que esclareçamos os fatos exatamente como foram colocados. O projeto foi aprovado, nós levamos esse projeto, tive a oportunidade de conversar com o governador Geraldo Alckmin, que não me deu a garantia da sanção do projeto. Afinal, ele teria que vetar ou sancionar o projeto.

Entrou o governador Márcio França. E aí eu quero fazer uma referência ao governador Márcio França, que sancionou o projeto no prazo correto, atendeu, mas, não sei por que motivo, publicou a sanção do projeto no Diário Oficial no dia seguinte do prazo eleitoral.

Diante deste fato, por orientação da Procuradoria da Casa e também do Tribunal Superior Eleitoral, nós optamos, para garantir que os servidores não fiquem com zero de aumento, votar o projeto com a inflação.

Essa foi exatamente a narrativa de como aconteceram as coisas. Hoje, fui constrangido em dois momentos pelo sindicato da Casa em relação à sua posição - até porque sabem do que aconteceu, da história de fato, estão preocupados com a situação, com como ficaram com os servidores. Fui constrangido em dois momentos oportunos.

Mas, quero reafirmar aqui o compromisso que eu tenho e a Mesa Diretora da Casa tem com os nossos servidores, pois sabemos da competência de cada um. Nós vamos buscar, exaustivamente, com a Procuradoria da Casa, os momentos oportunos em que nós tivermos respaldo legal para buscar uma solução para aquilo que foi feito no dia de hoje. Esse é o compromisso que a Mesa Diretora assume com cada um dos servidores da Casa.

Mas, era importante aproveitar este momento dessa votação para fazer essa narrativa. Porque muitas vezes uma mentira colocada diversas vezes se torna uma verdade.

Tenho certeza de que todos os servidores que pediam para que fosse votado e aprovado esse projeto estão acompanhando e eu não tinha como deixar de fazer essa posição oficial, exatamente como aconteceu em relação a esse projeto.

Então, está dado aqui o recado e informado a todos os servidores da Casa a respeito de como ocorreu.

Item 2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 683, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Estabelece a equiparação dos portadores de doença renal crônica com os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais para fins de acessibilidade e oportunidades com referência ao percentual legal de vagas reservadas aos deficientes, no Estado. Parecer nºs 2066, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 625, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Finanças, favorável com substitutivo.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o substitutivo apresentado pelo Congresso de Comissões.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Está prejudicado o projeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 09 minutos.

17 DE MAIO DE 2018 65ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: DOUTOR ULYSSES

Secretaria: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - ORLANDO BOLÇONE

Tece elogios ao governador Márcio França pela escolha de sua equipe de secretários estaduais. Ressalta a nomeação de um servidor público de carreira da Secretaria da Fazenda para ficar à frente da pasta. Defende a presença de pessoas com conhecimento técnico nos altos escalões do governo.

3 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Dá as boas-vindas aos membros do Siemaco da cidade de São Paulo, presentes nesta Casa a convite do deputado Celso Nascimento.

4 - CORONEL TELHADA

Anuncia a visita do coronel PM Galdino Vieira da Silva Neto. Expõe detalhes acerca da morte de um policial militar, no Rio de Janeiro, a qual caracteriza com execução. Comenta reportagem sobre o assassinato de policiais. Descreve operação das forças de segurança contra o roubo de carga, no dia de hoje.

5 - CORONEL TELHADA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

6 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 18/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, às 20 horas de hoje, para efetuar a "Concessão do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo à apresentadora e modelo Luisa Mell, por sua atuação como ativista em defesa dos animais e do meio ambiente". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE – DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CORONEL TELHADA – PP - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

O motivo que me traz a esta tribuna é fazer o reconhecimento da qualidade com que vêm sendo escolhidos os diversos secretários e servidores da área de administração do nosso governador Márcio França, sua assessoria, em especial a assessoria direta.

Saúdo também os deputados presentes na pessoa do meu estimado líder, deputado Carlos Cezar.

O quadro, hoje, já tem pessoas da qualidade do secretário de Planejamento, Maurício Juvenal, do nosso querido amigo Júnior Aprillanti, que se licenciou desta Casa para prestar serviços como secretário de Turismo, do professor Zago na Secretaria de Saúde e tantos outros.

Hoje, o governador Márcio França nomeia o agente fiscal de rendas Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho como secretário da Fazenda. Esse é um fato inédito para São Paulo, mas também para o Brasil. Escolher um servidor público concursado, que é o caso do engenheiro agrônomo Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho.

Foi escolhido um servidor de carreira da Secretaria da Fazenda para exercer o mais alto cargo daquela secretaria, ele que já era coordenador da CAT, que é a Coordenadoria da Administração Tributária. Essa é uma forma pela qual o governador demonstra seu apreço pelo funcionalismo e por aquelas pessoas que têm conhecimento técnico, que conhecem as suas áreas.

O Luiz Claudio, que é conhecido desta Casa, dezenas de vezes esteve aqui - é conhecido por todos os deputados - explicando as prestações de contas e a legislação tributária. Ele é uma pessoa extremamente democrática, formado em engenharia agrônoma pela USP Luiz de Queiroz, lá de Piracicaba.

Depois, em 91, ele se credenciou como bacharel em Direito pela faculdade do Largo de São Francisco e, antes de ser fiscal na cidade de São Paulo, foi fiscal no Mato Grosso do Sul, de 2000 a 2002, quando ingressou na carreira de fiscal de rendas em São Paulo. Lá teve uma carreira ascendente, muito competente, e, na Secretaria da Fazenda, é o atual coordenador da Administração Tributária, nossa CAT, desde janeiro de 2017. Ele também trabalhou na fiscalização direta de tributos de 2002 a 2005, na região de Ribeirão Preto. Ele foi membro gestor do Conselho das Ações Conjuntas de Combate à Evasão Fiscal, a Cevaf, de 2005 a 2008.

Ainda em 2008, iniciou seu trabalho como assistente na Deat combustível, um grande especialista na área do combate à sonegação e às fraudes de combustível. Em 2010, foi supervisor na área, depois permaneceu na função até 2015 e, também, já havia sido diretor adjunto da Deat entre 2015 e 2016.

É uma pessoa altamente qualificada, compromissada, um servidor público exemplar. Nós, que somos fiscais de renda, como os estimados deputados Vitor Sapienza - nosso decano - e Vaz de Lima, conhecemos bem o seu trabalho, que é sério e tecnicamente competente. Além de ele ser uma pessoa democrática, que tem facilidade em vir a esta Casa e fazer um diálogo democrático. É conhecido por todos os deputados da Casa, ouve sugestões e melhora a legislação.

Então, São Paulo e o governador Márcio França estão marcando a história deste País em um momento tão difícil como este que atravessamos. É importante que tenhamos técnicos, ou seja, pessoas que conheçam suas áreas, sendo secretários, ministros e membros do alto escalão do Governo. Precisamos de pessoas comprometidas com o serviço público, como é o caso do Luiz Claudio.

Então, é uma honra fazer esse registro. Aproveito para, mais uma vez, congratular o governador Márcio França pela qualidade da sua assessoria direta, em especial, nesse caso, pela do nosso secretário da Fazenda, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, a quem peço que cópia deste meu pronunciamento seja encaminhada.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença e dar as boas vindas, em nome de toda a Assembleia, aos nossos visitantes, membros do Siemaco da cidade de São Paulo. Eles estão acompanhados pela senhora Roberta Butolo e pelo senhor William Santos, e vêm a convite do nobre deputado Celso Nascimento.